

Claudio Violato, presidente da Abipti



Claudio Violato foi eleito em junho para presidir a Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação ([Abipti](#)). Diante do novo desafio, Violato apresentou seus projetos à frente da instituição, e explicou qual deve ser o papel da Abipti no cenário da CT&I, que vem se mostrando propício para continuar avançando nos próximos anos. Confira os detalhes nesta entrevista exclusiva.

Como será a sua gestão à frente da Abipti?

Claudio Violato - Pretendo adotar um modelo de gestão participativa, envolvendo as vice-presidências regionais, os colaboradores e aumentando o nível de participação das entidades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (EPDIs) associadas, conforme preconizado na missão da Abipti e dentro do Plano de Gestão Estratégica, buscando elevar a representatividade institucional e política, e fortalecer o modelo de gestão de processos, com foco na gestão financeira.

Quais são os planos de ação (curto e médio prazo) para alcançar os objetivos que tem em mente?

CV- Estamos discutindo, no âmbito do Conselho Diretor, ações que visam: Promover maior articulação e engajamento das instituições associadas nas atividades da Abipti, aumentando o nível de intercâmbio e de cooperação entre elas; Fortalecer os serviços prestados aos associados, como o Programa Excelência na Gestão, a Agência Gestão CT&I, o Sistema Organizacional de Monitoramento e Avaliação (Soma), e aumentar a sua percepção de valor; Atrair novos associados; Reduzir o nível de inadimplência; Manter elevado nível de relacionamento e de representatividade perante organismos dos poderes Executivo e Legislativo, propondo, defendendo e apoiando ações que conduzam ao fortalecimento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. Fortalecer a Aliança Estratégica para a Promoção da Inovação Tecnológica, integrada pela Abipti, pela Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei) e pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec).

Como o senhor analisa o momento atual da ciência, tecnologia e inovação (CT&I) no País?

CV- Acho que está aumentando a consciência da importância da CT&I para a competitividade do País, para o desenvolvimento, progresso e bem-estar da sociedade, o que cria um ambiente mais favorável para o estabelecimento de políticas voltadas para a intensificação das atividades voltadas para a inovação no País. Nos últimos 30 a 40 anos, ocorreu um amadurecimento científico e tecnológico muito grande no Brasil, com a estruturação de grandes programas de P&D e de formação de pessoal, que construíram competências nas diversas áreas da ciência e da tecnologia.

Nas duas últimas décadas o Brasil criou um conjunto de instrumentos importantes para o apoio a P&D, como fundos setoriais, Lei de Informática, Lei de Inovação e mecanismos de subvenção, os quais mobilizam recursos para o desenvolvimento tecnológico e inovação.

Por outro lado, existem grandes desafios, pois o Brasil ainda precisa fortalecer uma cultura realmente voltada para a inovação, especialmente no setor empresarial, onde os investimentos nesse sentido são ainda muito tímidos.

Há também o peso da burocracia e o apego ao formalismo, que muitas vezes fazem com que os programas de P&D não sejam gerenciados objetivamente em termos dos resultados a serem obtidos, mas sim com um foco nas exigências burocráticas e operacionais, numa abordagem que tem se mostrado inadequada à dinâmica do setor, a qual exige respostas rápidas, que levem rapidamente os resultados do laboratório para o mercado, e incompatível com a própria natureza da atividade de P&D.

Ao mesmo tempo, o Brasil está se tornando um ator mais importante no cenário mundial, tanto do ponto de vista econômico, como de CT&I, o que proporciona mais oportunidades de cooperação internacional e de aumento da presença de tecnologia brasileira no mercado externo.

Quais os impactos do estabelecimento de um novo marco legal para o setor?

CV- Um novo marco legal para o setor trará novos estímulos para a atividade inovadora no País, aumentando o nível de investimentos públicos e privados em CT&I, o que acarretará no aumento da competitividade do Brasil.

Esperamos que a aprovação da PEC 290 ocorra em breve, o que habilitará a construção de um renovado ambiente de inovação no País, estimulando a pesquisa e a criação de soluções tecnológicas adequadas às necessidades da sociedade brasileira, e a integração entre instituições de pesquisa tecnológica e empresas inovadoras em um sistema nacional, aliando esforços com vistas ao desenvolvimento nacional. Em decorrência de sua aprovação, poder-se-ão estabelecer regras claras e simples para o uso dos recursos governamentais para P&D, em especial dos fundos setoriais, que considerem a natureza e o risco intrínseco da atividade de P&D e o dinamismo do setor.

Qual o papel da Abipti dentro do cenário de CT&I?

CV- A Abipti, como associação de referência na representação das EPDIs, deve ter um papel cada vez mais relevante de proposição e de apoio às políticas científicas e tecnológicas do Brasil, com maior aproximação junto ao BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social], FINEP [Financiadora de Estudos e Projetos], fundações de apoio, secretarias de CT&I, governos estaduais e governo federal, e efetivo apoio de representação parlamentar referente à legislação pertinente a CT&I para a promoção do desenvolvimento nacional.

Fonte: Agência Gestão CT&I